

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 01416.020583/2017-22

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de pessoa(s) jurídica(s) especializada(s) no fornecimento e entrega de jornais, boletins, revistas, almanaques, anuários e acessos a portais de internet, relacionados na tabela abaixo, pelo período de 01 (um) ano, para atender a demanda de diversos setores que compõem a estrutura da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, no escritório Central, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

1.2. Tabela Relação de Títulos a Serem Fornecidos

Item	Título	Editora	Periodicidade	Qtd
Jornais				
1	O Estado de São Paulo	O Estado de São Paulo	Diário	2
Revistas/Boletins				
2	Film Comment Magazine	Film Society of Lincoln Center (http://www.filmcomment.com/)	Bimensal	1
3	Revista American cinematographer	American Society of Cinematographers (http://www.ascmag.com/)	Mensal	3
4	Revista Carta Capital	Confiança http://www.cartacapital.com.br/	Semanal	6
5	Revista da ABPI	Assoc. Bras. Propriedade Intelectual (http://www.abpi.org.br/)	Bimensal	2
6	Revista HSM Management	HSM (http://www.revistahsm.com.br/)	Bimensal	1
7	Revista Isto é	Editora 3 (http://www.istoe.com.br/capa)	Semanal	2
8	Revista Monet	Globo (http://revistamonet.globo.com/)	Mensal	3
9	Revista Exibidor	Exibidor http://www.exibidor.com.br/	Trimestral	2
10	Revista The Economist	The Economist (https://subscriptions.economist.com/LA/SRCH/ETE/ggle/reg/)	Semanal	2
11	Revista Variety	Variety (http://variety.com/)	Semanal	3
12	Revista Veja	Abril (http://veja.abril.com.br/)	Semanal	3
13	Screen International	Media Business Insight, Company http://www.screendaily.com/	Bimensal	2

1.3. Quando aplicável, a modalidade de assinatura de jornais, revistas e boletins deverá incluir versões em papel e digital (acesso *on-line*).

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Visa atender a demanda de diversos setores que compõem a estrutura da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, no escritório Central. Este fornecimento é de suma importância para esta Agência, haja visto que, através dele, nossos dirigentes e profissionais especializados tomam conhecimento dos fatos que estão ocorrendo no Brasil e no mundo e das novidades correntes no âmbito do audiovisual.

2.2. Trata-se de periódicos de grande circulação, bem como portais considerados referência em

sua área de abrangência, sendo que alguns títulos oferecem versões em papel e digital com informações complementares, permanentemente atualizadas.

2.3. A assinatura dos títulos descritos abaixo se justifica pela necessidade de suprir as demandas de informação inerentes ao serviço realizado na Agência:

2.3.1. O Estado de São Paulo: Jornal diário de grande circulação nacional.

2.3.2. Film Comment Magazine: Revista bimensal de arte, cultura e, principalmente cinema.

2.3.3. Revista American Cinematographer: Revista mensal especializada em cinema.

2.3.4. Revista Carta Capital: Revista semanal de análise crítica sobre política, economia e cultura.

2.3.5. Revista da ABPI: Revista bimensal sobre propriedade intelectual.

2.3.6. Revista HSM Management: Revista bimensal sobre Administração, principalmente gestão e liderança.

2.3.7. Revista Isto é: Revista semanal de jornalismo crítico e investigativo sobre política, economia mundial e comportamento.

2.3.8. Revista Monet: Revista mensal sobre cinema, séries, TV, música e entretenimento.

2.3.9. Revista Exibidor: Revista trimestral que tem a finalidade de divulgar informações e serviços voltados ao mercado exibidor.

2.3.10. Revista The Economist: Revista inglesa sobre notícias internacionais, política, negócios e economia.

2.3.11. Revista Variety: Revista semanal de notícias sobre a indústria de entretenimento, crítica de filmes e festivais de cinema.

2.3.12. Revista Veja: Revista semanal de notícias sobre política, economia e cultura.

2.3.13. Screen International: Revista bimensal sobre o mercado internacional de cinema.

3. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

3.1. Ficam estabelecidos os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, incorporados aos serviços de fornecimento de periódicos, objeto deste Termo de Referência, conforme disposto no art. 5 da IN SLTI/MPOG nº 1, no que couberem:

Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

...

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

...

3.2. A CONTRATADA deverá apresentar Declaração de Sustentabilidade Ambiental conforme modelo constante no Anexo A, deste Termo de Referência.

3.3. A critério da CONTRATANTE, poderão ser realizadas diligências para verificar a adequação dos produtos às exigências de sustentabilidade ambiental constantes no item 3.1 antes da assinatura do contrato, correndo as despesas por conta da CONTRATADA. Caso não se confirme a adequação dos produtos, a proposta selecionada será desclassificada.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Por se tratar de serviço comum, sugere-se a contratação dos serviços através de Pregão Eletrônico, tipo menor preço por item, no valor estimado global de **R\$ 57.454,86 (cinquenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e seis centavos)**, conforme pesquisa de mercado realizada.

4.2. Os recursos para cobrir as despesas decorrentes dos serviços do objeto desta contratação estão consignados no Orçamento próprio da Agência Nacional do Cinema - ANCINE para o ano 2017, alocados no Programa de Trabalho, Natureza de Despesa:33903901; Fonte: 0100; Plano Interno: 5CNM0040001.

5. FORMA E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Entrega dos periódicos na ANCINE conforme sua periodicidade;

5.2. Fornecimento de logins, senhas e quaisquer outras informações necessárias ao acesso aos portais.

5.3. A entrega das publicações periódicas deverá ser feita na Portaria do Escritório Central, localizada na Av. Graça Aranha nº 35 – térreo - Protocolo Geral – Centro – Rio de Janeiro/RJ, cep 20030-002.

- 5.4. A entrega será:
- 5.4.1. diariamente nos locais indicados no item 4.3 e, relativo aos fins de semana ou feriados, no 1º dia útil imediatamente após, para os jornais.
- 5.4.2. de acordo com a periodicidade de cada publicação, para os jornais, revistas, anuários e boletins.
- 5.4.3. em uma vez, até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, ou da data indicada para início do fornecimento, caso esta seja definida como sendo posterior a 15 dias da assinatura do contrato, para os portais de acesso exclusivamente digital.

6. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. Não se aplica.

7. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 7.1. Para avaliação dos serviços será levado em conta os seguintes critérios: pontualidade, continuidade do fornecimento, estado de conservação dos periódicos e estabilidade no acesso em relação ao conteúdo digital.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 8.1. A fiscalização do presente fornecimento será feita diariamente, verificando-se o estado de conservação, periodicidade e frequência de entrega dos itens físicos, bem como as condições de acesso aos portais, de acordo com o especificado na nota fiscal, por meio da Gerência Administrativa, através dos servidores responsáveis pela Biblioteca, designados como Representantes da Administração, registrando as ocorrências relacionadas com a presente prestação de serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou inadequações observadas.
- 8.2. As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.
- 8.3. A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar o fascículo de periódico fornecido, se em desacordo com os termos da contratação.
- 8.4. O recebimento das publicações periódicas será feito de acordo com Planilha de Distribuição que deverá ser apresentada à CONTRATADA, podendo não coincidir a data de início das assinaturas, não excluindo a responsabilidade da mesma pela perfeita prestação do serviço, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando de sua utilização.

9. INÍCIO DA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

- 9.1. O prazo para início da execução dos serviços é de, no máximo, 15 (quinze) dias a partir da assinatura do contrato.
- 9.2. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contados a partir da assinatura do contrato.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 10.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Entregar, nos endereços indicados pela ANCINE, das publicações periódicas, nos horários de circulação dos mesmos, comunicando à Biblioteca, através do telefone (21) 3037-6041/3037-6042, qualquer imprevisto ocorrido na entrega dos referidos periódicos.
- 11.2. Fornecer logins, senhas e quaisquer outras informações necessárias ao acesso aos portais.
- 11.3. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de

fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

11.4. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.6. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.7. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

11.8. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

11.9. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

11.10. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

11.11. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

11.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. DA FISCALIZAÇÃO TÉCNICA: A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente a execução do objeto e, se for o caso, poderá utilizar o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a contratada:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

14.2. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.3. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

- 14.3.1. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.
- 14.3.2. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 14.3.3. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 14.3.4. É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada de que trata o item 3.
- 14.3.5. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 14.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 15.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser elaborado relatório circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 15.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 15.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 15.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 15.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato (item 4 do ANEXO VIII-A da IN nº 05/2017).
- 15.6. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato.
- 15.7. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.
- 15.8. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.
- 15.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- 16.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 16.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 16.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

- 16.1.4. comportar-se de modo inidôneo; e
- 16.1.5. cometer fraude fiscal.
- 16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 16.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 16.2.2. Multa de:
- 16.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 16.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 16.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 16.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2 abaixo; e
- 16.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- 16.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 16.2.3. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- 16.3. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a União poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 16.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU

1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Servir-se de funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

16.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Cesar Cattelan, Analista Administrativo**, em 15/12/2017, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Valmir Correia De Almeida, Coordenador(a), Substituto(a)**, em 15/12/2017, às 16:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66

de 1º de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Zelia Maria Barreto, Gerente Administrativo**, em 15/12/2017, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Adauto Modesto, Secretário de Gestão Interna, Substituto(a)**, em 15/12/2017, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ancine.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0682543** e o código CRC **BF0DDE0B**.

ANEXO

ANEXO A

DECLARAÇÃO DE ADERÊNCIA AOS REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Declaramos, para fins de comprovação junto à Agência Nacional do Cinema - ANCINE relativamente ao Edital nº ____/____ que a empresa [NOME DA EMPRESA], CNPJ _____, não emprega substâncias perigosas em seu processo de distribuição, de acordo com as exigências do Edital.

[CIDADE], _____ de _____ de _____.

Representante do Fornecedor:

Assinatura: _____

Nome (*): _____

RG: _____

CPF: _____

Referência: Processo nº 01416.020583/2017-22

SEI nº 0682543